

social e a maior exposição ao comércio não é muito convincente, dado que nos países industriais a maior fatia desses custos é recolhida por pensionistas, exactamente a classe que mais beneficiaria de uma redução dos preços via comércio livre. Finalmente, algumas das medidas recomendadas pelo autor (nomeadamente, um maior controlo sobre as práticas comerciais, um maior respeito pelos interesses nacionais e uma menor mobilidade do capital) têm um carácter demasiado subjectivo sendo, por isso, dificilmente executáveis. Para além disso, são potenciadoras de efeitos perversos, como uma exagerada influência política no processo e consequente atribuição de um poder excessivo e desigual aos “lobbies” melhor organizados.

Não espanta, por isso, a reacção predominantemente céptica com que muitos dos economistas neoclássicos receberam este livro. Contudo, o trabalho de Rodrik tem méritos muito evidentes. Em primeiro lugar, exhibe uma reflexão rigorosa e cuidada sobre os efeitos da globalização. Em segundo lugar, tem o condão de “exigir” à classe dos economistas favoráveis à globalização uma intervenção mais positiva. Como disse Jagdish Bhagwati, a respeito da livre circulação de capitais, o ónus da prova (dos seus benefícios) já devia pertencer aos seus apoiantes. Finalmente, o autor consegue alertar para as insuficiências da escola neoclássica de investigação, que continua a ignorar a importância que determinadas variáveis sociais e comportamentais têm na economia actual.

Beneficiando, também, da habitual escrita fácil (pelo menos para iniciados na matéria) de Rodrik, o livro é certamente recomendável. A sua análise séria dos perigos da globalização e a sua interpretação serena dos mesmos são uma lufada de ar fresco na era do oportunismo comercial e da retórica propagandista.

*Luis Bernardes*

*O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte, Porto, COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 1998, 78 p.*

Num mundo em permanente mudança, num mundo à procura de uma identidade própria, onde a noção de espaço nacional se relativizou, a importância da cultura, segundo os autores da obra em epígrafe, assume particular destaque. A integração comunitária de Portugal reforçou o nosso envolvimento num processo de partilha inevitável de valores, hábitos e comportamentos. Para que essa inevitável mudança, de âmbito cultural, se processe com rumo, urge que seja acompanhada por uma afirmação crítica da

nossa diversidade regional e local. “A evolução é real e é, em si, positiva pois propicia o seu aproveitamento e dinamização, em ordem a uma prática política mais profunda, de efeitos globais, a partir da base real da vida portuguesa. Que é a vida que se vive, diversificada e característica, nas múltiplas parcelas do território e que constitui o “caldo da cultura”, onde todas as medidas e projectos são recebidos, qualificados e postos em prática, à imagem e medida de quem os consome” (p. 11).

Assim, este trabalho resulta de um projecto que pretendia contribuir “para uma avaliação séria do sector da cultura, suas práticas e políticas, nos municípios da Região do Norte, uma dúzia de anos depois da sua oficial instalação (Lei Orgânica 116/84)” (p. 7). Paralelamente, definiu-se todo um conjunto de objectivos que, por falta de tempo e meios técnicos, foram coarctados ao conhecimento das actividades e dos investimentos operados pelas câmaras municipais da Região Norte no sector da cultura. Tal desiderato seria alcançado através da aplicação de um questionário, que decorreu desde final de 1993 até ao último trimestre de 1994, aos vereadores ou responsáveis pelo pelouro da cultura das setenta e cinco câmaras da Região, excluindo todas aquelas pertencentes a Área Metropolitana do Porto.

Assim sendo, após a definição das razões e do contexto deste trabalho, por parte do Presidente da Comissão Coordenadora da Região Norte, no preâmbulo, e da definição e apresentação dos objectivos e dos colaboradores, divulgou-se, numa terceira parte desta obra, os resultados obtidos após a aplicação do referido questionário. Pretendia-se, assim, com base nas respostas obtidas e associadas a uma análise prévia das despesas dos municípios com o pelouro da cultura, publicadas no Instituto Nacional de Estatística nos anos de 1992, 1993 e 1994, promover uma reflexão crítica junto dos principais destinatários deste trabalho, e até mesmo do próprio programa de actividades da Delegação do Ministério da Cultura. Estariam, assim, reunidas as condições, recorrendo às sessões de reflexão, para a formulação das conclusões finais do inquérito. Contudo, os autores reconheceram que, na realidade, “o aproveitamento desses debates ficou, globalmente, bastante aquém das expectativas (...), já que foram muitas as faltas verificadas e dos participantes raros foram os que traziam algum conhecimento do texto a discutir; a maioria conheceu-o na ocasião” (p. 55). A atitude dos interlocutores e principais destinatários desta obra não é surpreendente.

Os resultados revelam que, se não é menos verdade que a cultura entrou na âmbito das principais preocupações camarárias, por imitação ou moda, ou por outros motivos, o encargo da cultura recai geralmente sobre uma pessoa muito ocupada ou muito atarefada, que atribui às actividades culturais o rótulo de actividades acessórias. Os autores reconhecem mesmo que a quantidade e

qualidade das realizações dependem, antes de tudo, não do investimento financeiro, mas “dum investimento feito nos meios humanos e nos adequados conceitos e critérios da sua escolha e sua creditação (...)” (p. 59). Assim, em muitos casos, regista-se a ausência de uma efectiva política cultural que, por um lado, potencie o triângulo constituído pelas Câmaras Municipais, como principais agentes culturais locais, associações e escolas, quanto às práticas a implementar e, por outro, que defina o equipamento necessário para incremento efectivo das práticas culturais, como meio e não como objectivo em si. Convém salientar que essas políticas devem igualmente propiciar uma verdadeira colaboração ou parceria entre Câmaras, em determinados eventos culturais. Estas, hoje em dia, desconhecem, quase por completo, o que fazem as Câmaras vizinhas.

Só assim estarão reunidas as condições básicas para que se opere o desenvolvimento local e regional, já que este parece ser indissociável do efectivo empreendimento de actividades culturais, de forma a criarem-se “verdadeiros consumidores culturais – ou, em alternativa, apenas consumidores de bens materiais. O que está em jogo é então a cidadania, expressão e termo para que tende o desenvolvimento” (p. 68). Como reconhecem os autores, a cultura não pode ser, hoje em dia, o ópio dos intelectuais, uma actividade supérflua, ou uma mera preocupação dos ricos.

Esta obra, que se assume como leitura obrigatória para os autarcas e agentes ligados ao sector da Cultura, tem o principal mérito de avaliar e procurar debater as tarefas mais meritórias e prementes antes de abordarmos um novo século, de forma a continuarmos a preservar o que nos identifica nesta aldeia global.

*Filipe Almeida Santos*

Maria de Lurdes RODRIGUES, *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*, Oeiras, Celta Editora, 1999, 279 p.

Procurando analisar o processo de estruturação e as características actuais dos engenheiros portugueses, o presente livro resulta da adaptação da dissertação de doutoramento em sociologia apresentada pela autora, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Maria de Lurdes Rodrigues é, ainda, Professora no ISCTE, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, investigadora do Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e